

## Cultura de massa e apagamento da identidade negra. O caso de alunos de uma escola pública e periférica de Indaiatuba/SP

*Erasure of black identity. The case of students from a public and peripheral school in Indaiatuba/SP*

Luiz Ademir Bassani<sup>1</sup>, Juares Aparecido Costa<sup>2</sup>

<sup>1,2</sup> PUC, Campinas, SaO Paulo, Brasil.

**Recibido:** 01/10/2024

**Aceptado:** 20/12/2024

**Editor responsable:** Marcela Achinelli<sup></sup> Facultad de Ciencias Economicas - UNA. San Lorenzo, Paraguay.

### RESUMO

Este artigo aborda o apagamento da identidade racial (negra) em estudantes do Ensino Fundamental. Enquanto problematizamos o tema, partindo da pouca presença do afrodescendente na grande mídia e nas redes sociais, o texto insere o tema no quadro teórico-metodológico como uma análise documental, que se constitui como uma abordagem metodológica essencial para investigações no campo da Educação, permitindo a análise crítica de registros existentes para compreender fenômenos sociais e históricos que, neste caso, foram analisados a partir de uma avaliação externa. Esse empreendimento epistemológico permite identificar sinais de apagamento da identidade e trazer à discussão autores que já trataram do tema. Dessa forma, consideramos, portanto, que é necessário combater o apagamento da identidade racial dos estudantes, valorizando a diversidade e educando sobre a história e a cultura das pessoas negras, a partir da conscientização da população e de políticas públicas e regulação das redes sociais.

**PALABRAS CLAVE:** apagamento, racismo; negro

## ABSTRACT

This article addresses the erasure of racial (Black) identity among elementary school students. While problematizing the issue, starting from the limited presence of Afro-descendants in mainstream media and social networks, the text situates the theme within a theoretical-methodological framework as a documentary analysis, which constitutes an essential methodological approach for investigations in the field of Education. This approach allows for the critical analysis of existing records to understand social and historical phenomena that, in this case, were examined through an external evaluation. This epistemological endeavor enables the identification of signs of identity erasure and brings into the discussion authors who have already addressed the topic. Therefore, we consider it necessary to combat the erasure of students' racial identity by valuing diversity and educating about the history and culture of Black people, through public awareness and public policies, as well as the regulation of social networks.

**KEY WORDS:** erasure, racism, black

**AUTOR CORRESPONDIENTE:** Luiz Ademir Bassani. Doutorando em Educação, PUC Campinas São Paulo, Brasil. **Email:** luiz.bassani.indaia@gmail.com

**CONTRIBUCIÓN DE LOS AUTORES:** LAB: idéia, coleta de informações, tabulação dos documentos, metodologia, resultados, teoria, conclusão/considerações finais, referências bibliográficas, revisão pós aceite da revista, formatação **ABNT/APA**. JAC: resultados, teoria, conclusão/considerações finais, referências bibliográficas.

**FINANCIAMIENTO:** PUC Campinas.

**CONFLICTO DE INTERÉS:** Os autores expressam que não existe conflito de interesse.

## INTRODUÇÃO

Este artigo não tem a pretensão de discutir a história da formação do povo brasileiro ao destacar a escravidão e os motivos para a vinda dos europeus ao país como formação do povo brasileiro, nem como a efetivação da eugenia em nosso país.

O ideário eugenista no Brasil carece de uma explanação muito mais ampla e profunda, não cabendo neste estudo, porém: ideologias, princípios, convicções, ideias e fatos eugenistas que reverberam até hoje, portanto, aqui nos empenhamos a discutir o apagamento da identidade negra em alunos de dez a doze anos, estudantes de escola pública, periférica na cidade de Indaiatuba no Estado de São Paulo em momentos contemporâneos que influenciaram os avós e pais dos alunos que negam sua cor e raça através da grande mídia e da internet.

Para Petruccelli (2013), o termo raça não existe do ponto de vista biológico, para Kabengele Munanga, em *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*, palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais, mostra que o conceito de raça foi usado inicialmente como forma de classificar espécies animais e vegetais na botânica e zoologia. Ainda segundo Martins Souza o termo “raças” são orientadoras de forma de classificação e identificação influenciadoras de atitudes e ações que repercutem em contrastes marcantes em termos de indicadores sociais relacionados com a população negra e representam um construto teórico importante para a discussão do racismo e da discriminação que atinge os pretos e não brancos (Souza; Martins, 2021, p. 9). Portanto, somente nos séculos XVIII e XIX, o termo raça passou a designar grupos sociais com características físicas em comum. Classificação, no entanto, usada para hierarquizar determinados grupos por meio da associação entre suas características físicas e morais. Usaremos o termo preto para descendentes africanos<sup>1</sup>. Ambos os termos pretos e pardos são referentes à raça negra de origem. De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, o termo "negro" se refere a pessoas que se identificam como pretas ou pardas, de acordo com a classificação de cor ou raça realizada pelo IBGE. Ainda podemos destacar um outro dado interessante levantado na obra *Ser negro no Brasil: alcance e limites*, que a população negra, para o processo demográfico é a somatória de preto + pardo, ou seja, que preto é cor e negro é raça, portanto, não há uma “cor negra”, mas sim uma “cor preta” (Cf. Oliveira, 2004).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), existem três métodos de identificação racial: Auto atribuição de pertença ou autoidentificação: o próprio sujeito identifica o grupo ao qual se considera membro; Heteroatribuição de pertença ou heteroidentificação: outra pessoa identifica o grupo ao qual o sujeito pertence. E, a terceira é a Identificação biológica: feita por meio de análise genética. Esta última o IBGE <sup>2</sup> não utiliza como opção de identificação. O Brasil é o país que tem segunda maior população negra mundial, mais da metade de sua população é negra ou parda. Depois de cento e trinta e cinco anos da abolição da escravidão no país, a população negra ainda sofre com a subvalorização e tem sua imagem social desrespeitada, pois “o negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como “igual” (Fernandes, 2007). O que diminui as oportunidades de inclusão dos negros na arte, educação e trabalho. Além disso, aumenta as chances de alienação e desigualdades que são historicamente construídas na normalização da exclusão da população negra, impossibilitando contemplar todos os sujeitos, raças, corpos e classes igualmente.

A ideia da elaboração desse artigo partiu de uma reflexão de um professor do Ensino Fundamental II de uma Escola Pública periférica do município de Indaiatuba/SP, quando identificou sinais de apagamento da identidade negra nos seus alunos de onze e doze anos de idade.

---

<sup>1</sup> O termo “preto” é utilizado para descrever pessoas com ancestralidade africana, independentemente de sua localização geográfica ou posição social, com base em seu fenótipo de pele escura. O termo “pardo” é usado para descrever pessoas com uma mistura de ascendências étnicas, incluindo brancos, negros.

<sup>2</sup> IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Portanto, nosso artigo traz, uma reflexão sobre apagamentos identitários, sejam eles históricos, ou da subjetividade.

Como prática para incentivar os alunos ao estudo, a escola pública e periférica da cidade de Indaiatuba/SP cadastrou 142 alunos das séries finais do Ensino Fundamental para participarem das Olimpíadas Brasileira de Matemática (OBMEP). A primeira parte da prova continha um questionário socioeconômico, que entre outras questões buscava também identificar a cor e raça da criança.

Para desenvolvermos este artigo utilizamos a metodologia de análise documental, técnica que consiste em examinar os documentos para extração de informações relevantes para nossa pesquisa. Sendo assim, partimos de fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados de forma cientificamente ou analiticamente (Sá Silva, Almeida e Guindani, 2009). No caso deste artigo lançamos mãos dos cartões de respostas de uma avaliação externa. Através dos dados coletados realizamos a interpretação das análises e extraímos nossas considerações finais a fim de realizarmos uma contextualização das informações contidas nos documentos.

### **Apagamento ou não identidade**

O preconceito racial no Brasil foi se construindo e reconstruindo ao longo da história durante e após a abolição da escravidão. De acordo com Florestan Fernandes “o fato é que raça, cor, ou mistura foram sempre assuntos essenciais entre nós e sobre nós, surgindo ora como motivo para exaltação, ora como sinal de descrédito”. (*O negro no mundo dos brancos*. (Fernandes, 2007, p. 12)

Segundo, Silvio Luiz de Almeida, o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2018, p. 25). O autor acusa também a existência do racismo estrutural que se refere às formas como as estruturas e instituições sociais, políticas e econômicas perpetuam e reforçam as desigualdades raciais na sociedade. Isso ocorre mesmo quando não há intenção explícita de discriminação, mas sim devido a fatores históricos, culturais e políticos que moldaram as relações raciais ao longo do tempo. O racismo estrutural se manifesta de várias maneiras: pode ser visto na falta de representação de pessoas negras em posições de poder, no acesso limitado a recursos e oportunidades econômicas, na discriminação no mercado de trabalho, na educação e no sistema de justiça criminal. Além disso, o racismo estrutural também se manifesta na maneira como as instituições e práticas sociais são estruturadas. Por exemplo, políticas públicas que excluem ou negligenciam comunidades negras e outras minorias étnicas, ou na forma como a mídia retrata e estereotipa esses grupos.

Sem a pretensão de abarcar todo o tema, decidimos uma análise pela ótica da cultura, visto que atua influenciando gerações. Destacamos momentos históricos contemporâneos.

O Código Hays, também conhecido como Código de Produção de Filmes, foi uma série de diretrizes estabelecidas em 1930 pela indústria cinematográfica americana para regular a produção de filmes. Essas diretrizes restringiam a representação de certos temas considerados obscenos ou ofensivos, como a nudez, o adultério e a violência, e impunham um conjunto de valores morais conservadores. Uma das áreas em que o Código Hays mais teve impacto foi na representação de negros no cinema americano. O código impunha uma série de restrições aos personagens negros, proibindo, por exemplo, a representação de casamentos inter-raciais e a insinuação de relacionamentos sexuais entre pessoas de raças diferentes. Além disso, os papéis negros eram geralmente estereotipados e caricatos, retratando-os como criados, músicos, dançarinos ou bandidos. Essa representação limitada e pejorativa dos negros no cinema americano durou até o final dos anos 1960, quando o movimento pelos direitos civis ganhou força nos Estados Unidos. Com a mudança nos valores sociais e a pressão por representações mais justas e realistas, o Código Hays acabou sendo revogado em 1968, abrindo espaço para a representação mais diversa e inclusiva no cinema americano que é a mais importante indústria de cultura que influenciou gerações e ainda continua influenciando (Nazário, 2007).

Mais contemporâneo e de maior acesso à população é a televisão. A obra *A Negação do Brasil: o Negro na Telenovela Brasileira*, de Araújo (2000), é um livro que traça a história da presença negra na televisão brasileira, desde as primeiras telenovelas até a atualidade. Escolhemos olhar para a telenovela pelo fato de ser, por anos o principal produto de cultura nacional. O autor mostra como a televisão brasileira, ao longo dos anos, ignorou a presença e a contribuição dos negros na sociedade e na cultura do país, reproduzindo estereótipos e preconceitos em suas programações. A obra destaca como a presença de personagens negros em telenovelas era rara, e quando existiam, eram geralmente retratados de forma estereotipada, como empregados domésticos, bandidos ou subalternos. O autor também analisa a falta de representatividade da população negra na televisão brasileira, o que reforçava a ideia de que a negritude era algo marginal na sociedade brasileira.

Sabendo da importância do tema do negro na grande mídia, lembramos da fala de Angela Davis (apud Sacramento, 2014) quando diz: “sempre assisto TV no Brasil para ver como o país se representa e a TV brasileira nunca permitiu que se pensasse que a população é majoritariamente negra”. Na TV brasileira, o padrão de pessoas brancas é frequentemente associado a protagonismo, autoridade e beleza idealizada. Personagens brancos são majoritariamente retratados em papéis centrais, como heróis, profissionais bem-sucedidos ou figuras de destaque, enquanto pessoas não brancas muitas vezes ocupam posições secundárias ou estereotipadas. A estética branca também é predominante, com traços europeizados sendo valorizados como padrão de beleza, tanto em novelas quanto em programas de entretenimento e publicidade. As gerações que vieram antes eram então influenciadas pelo cinema e televisão, assim eram também os influenciadores das gerações futuras.

Cada vez mais cedo, as crianças estão conseguindo utilizar a tecnologia, um estudo divulgado pelo Panorama Mobile Time/Opinion Box<sup>3</sup> mostrou que 44% das crianças brasileiras com idade entre 0 e 12 anos possuem um celular pessoal, com uma média de uso em 4 horas e 46 minutos diária. De acordo com a pesquisa, o Youtube é o aplicativo mais utilizado por crianças, seguido pelo Tiktok, Instagram e Facebook. Apesar de já imaginar a resposta, buscaremos as maiores audiências nas plataformas citadas acima: a maioria são de influenciadores brancos. No estudo de Pereira (2021. P. 63), a autora afirma que apesar de existir influenciadores negros no Instagram eles “seguem o padrão de beleza branco”:

Mesmo que os criadores de conteúdo negros estejam crescendo, seu número ainda não se compara a presença massiva dos criadores brancos, e essa grande quantidade dificulta o processo de construção da identidade negra, influenciando como o sujeito agir, refletirá e viverá o mundo e a si mutuamente.

A representação das crianças negras na mídia e cultura popular frequentemente é estereotipada com características negativas como violência, preguiça, ignorância, entre outros estereótipos. Essas representações podem gerar uma imagem negativa de si mesmo e a internalização de preconceitos. Infelizmente, muitas vezes, as crianças negras são incentivadas a se assimilar à cultura branca dominante, o que pode levar à negação da sua própria identidade racial. Como Sêga (2000) afirma ao comentar sobre a grande mídia televisiva:

As representações são sempre a atribuição que as pessoas ocupam na sociedade, toda representação social é representação de alguma coisa ou de alguém. Ela não é cópia do real, nem cópia do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito, ela é o processo pelo o qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas. (Sêga 129)

Já ao analisar os influenciadores digitais Rajagopal (2002, p.2). afirma que “ambientes online desempenham um papel fundamental na reprodução do racismo. As novas tecnologias virtuais facilitaram a disseminação de mensagens racistas de natureza prática e não-prática”. Seja pelo maior poder de compra dos não negros ou pelo menor número de influenciadores negros. Ainda se referindo ao racismo nas interações basicamente funcionam “a partir de uma lógica da supremacia branca” (Silva, 2020, p. 122).

Essa atitude surge porque a criança pode sentir que a sua cultura e cor de pele são inferiores ou indesejáveis.

Em muitas sociedades, a branquitude é vista como um padrão de beleza e de sucesso, o que pode fazer com que as crianças negras se sintam excluídas e menos valorizadas. Isso pode levar a um desejo de se identificar com a cultura branca dominante, o que pode levar ao apagamento da própria identidade racial.

---

<sup>3</sup><https://www.mobiletime.com.br/pesquisas/criancas-e-smartphones-no-brasil-outubro-de-2022/>

O privilégio da branquitude é um conceito que se refere aos benefícios e vantagens que as pessoas brancas recebem em sociedades estruturadas por padrões de racismo e desigualdade racial o acesso à educação, trabalho, justiça e oportunidades em geral. Esse privilégio é invisível para aqueles que o possuem, mas muito perceptível para aqueles que são excluídos dele, ou seja, pessoas não brancas. A sociedade muitas vezes define os padrões de beleza, comportamento e sucesso com base em valores brancos, o que pode levar as crianças negras a sentir a pressão de se conformar a esses padrões. Como lembrado por Carneiro e Ferreiro (2014, p.1426)

Estar fora da norma pode ser uma experiência de sofrimento, tendo em vista a pressão sofrida para o enquadramento. Fundamentado na Antropologia do corpo, pode-se pensar que o dilema a respeito dos corpos na modernidade estaria entre o apagamento do corpo e a sua centralidade, ao se referir, em especial, às camadas sociais menos atingidas pelas ideologias hegemônicas, para as quais se poderia dizer que predominou. Isso pode levar ao apagamento da identidade racial e à adoção de comportamentos e crenças que não refletem sua cultura ou história. Dando apenas a opção do negro de se destacar em áreas como música, esporte e cultura.

Outra visão sobre o assunto pode ser a confusão ao de identificar a cor quando lhe é perguntado sua raça ou a cor da sua pele. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) 2021, 43,0% dos brasileiros se declararam como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos. Dessa forma, é importante destacar que a pesquisa não se está lidando com uma categorização biológica ou física embasada no genótipo.

Como mencionado anteriormente, a categorização de pardos e pretos refere-se à classificação da tonalidade da pele com base na autoidentificação da pessoa entrevistada pelo IBGE. É possível que o entrevistador considere a tonalidade da pele de um indivíduo como preta, entretanto, este mesmo entrevistado pode auto identificar-se como pardo ou branco.

Uma perspectiva diferente do tema é a dificuldade de se autodeclarar segundo as opções de mistura ou raça diferentemente do que acontece nos Estados Unidos da América, onde a pessoa que tem origem africana é considerada negra. O termo pardo causa confusão pois como observado por Gomes (2019, p. 70)

Negro demais para ser branco, branco demais para ser negro. Essa afirmação centraliza qualquer que seja o pensamento sobre a identidade racial do pardo e simboliza perfeitamente o conflito em que ele está recorrentemente. O limbo racial-identitário recebe esse nome pela obviedade do que ele é: um (não) lugar onde pardos estão, cuja característica principal é a ausência de identidade e consciência racial. Grifos do autor.

Segundo o autor citado anteriormente a confusão é causada pelo não entendimento de que “pardo” não é identidade de raça e sim a cor da pele. O autor conclui ainda que a confusão ao se entender pardo é um sinal de apagamento quando se move, quando “movendo-se para a branquitude”. (Gomes. 2019, p. 75) Portando é um processo de apagamento da sua identidade.

## A pesquisa e algumas observações

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP – é um projeto nacional dirigido às escolas públicas e privadas brasileiras, tem como objetivo principal estimular e promover o estudo da Matemática e o público-alvo são alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental abrangendo até último ano do Ensino Médio. No ano de 2022 a primeira etapa eliminatória aconteceu no mês de junho.

Como o objetivo deste estudo é identificar sinais de apagamento da identidade negra em crianças, analisaremos os documentos apenas das turmas do 6º e 7º ano, pois contempla alunos de dez a doze anos. No dia da prova logo após a abertura dos envelopes, os 112 alunos receberam explicação sobre a resolução das provas e do correto preenchimento do cartão de resposta que também incluía junto a identificação do aluno, a “opção de cor/raça” com as alternativas: amarelo, branca, indígena, parda, preta e não sei. Respondidas e exposta na tabela abaixo.

**Tabla 1:** Qual a sua cor/raça?

Cor/Raça	Quantidade	Porcentagem
Amarelo	0	0,0%
Branco	68	61,7%
Indígena	0	0,0%
Parda	10	8,9%
Preto	5	3,5%
Não sei	29	25,9%
Total	112	100,0%

**Fuente:** produção própria

A primeira leitura (tabela 1) que os dados coletados nos trazem é a comparação das respostas e a identificação dos 29 alunos (25,9%) que não sabem qual é a sua cor/raça. Indicando um possível grande número de alunos que se confundem quando é necessário se autodeclarar, então, o mesmo pode ter acontecido com o restante que responderam, será que estes que responderam “branco, pardo e preto” tinham realmente certeza da cor da sua pele e da raça que pertencem? A autodeclaração de raça no Brasil é um assunto complexo e muitas vezes controverso, como mostra Lilia Moritz Schwarcz na apresentação da obra de Florestan Fernandes, *O negro no mundo dos brancos, ela diz que* o “termo “raça, cor, ou mistura” na história do Brasil sempre deu muito o que falar”. Isso ocorre porque a definição de raça no país é muito fluida e subjetiva, e as categorias de “preto”, “branco” e “pardo” podem ter significados diferentes dependendo do contexto social e cultural em que são usadas, no nosso caso uma criança entre 10 e 12 anos de idade pode se confundir ainda mais. Em termos gerais, a categoria “branco” se refere a pessoas com uma aparência física europeia, enquanto a categoria “preto” se refere a pessoas com uma aparência física africana. Já a categoria “pardo” é usada para pessoas que não se enquadram claramente em uma dessas categorias, tendo uma mistura de características físicas de diferentes origens. No entanto, o problema é que essas categorias não são claras nem objetivas. A aparência física de



uma pessoa pode variar muito dentro de cada uma dessas categorias, e muitas pessoas podem ter dificuldade em decidir a qual categoria pertencem. Além disso, a autodeclaração de raça é muitas vezes influenciada por fatores sociais, culturais e políticos, o que pode tornar a definição de raça ainda mais subjetiva. (Telles, 2003) Dizer “não sei” segundo a psicologia pode significar: eu realmente não sei, vou precisar de pensar um pouco; eu não sei por que estou indeciso; eu não quero falar sobre isso; eu não quero te dizer; estou envergonhada com medo de lhe dizer. Newman, C. F. (1994). Outra visão mais impactante pode ser dada por Steele e Aronson (1995), que em suas pesquisas argumentam que a identificação racial é um fator importante que influencia a forma como as pessoas negras afrodescendentes são percebidas e tratadas em sociedade. Steele chama a atenção para o medo que as pessoas sentem de confirmar os estereótipos negativos sobre suas identidades como ocorrido em seu estudo ao notar que alunos pretos tem desempenho pior quando lhe é pedido para expor sua cor/raça. O autor argumenta que, em muitos contextos sociais, as pessoas negras afrodescendentes enfrentam estereótipos e preconceitos negativos que podem afetar sua autoestima e seu desempenho acadêmico e profissional. A segunda visão possível é ao analisar as respostas e compará-las quando se apresenta a enorme discrepância entre os alunos autodeclarados pardos. Utilizaremos informações do Censo de 2010 disponível no site do IBGE com informações do estado de São Paulo, do município paulista de Indaiatuba e da Escola pública da mesma cidade.

Segundo o Censo e nossa pesquisa, o número de autodeclarados brancos e pretos são parecidos entre habitantes do Estado, município e escola pesquisada (tabela 2).

Tabla 2: cor/IBGE

Cor / raça	Estado de São Paulo	Indaiatuba	Alunos da escola analisada
branca	63,9%	65,8%,	60,7%
pardos	29,1%	30,3%,	8,9%
pretos	5,5%	3,7%	4,5%
Amarelo e indígena	1,5%	0,07%	0%
Não sabe/respondeu			25%

Fuente: produção do autor

O censo aponta discrepância entre os autodeclarados pardos, são 63,9% dos habitantes do Estado de São Paulo, na cidade paulista pesquisada 65,8% e que na escola que fizemos a pesquisa é de 8,9%. Como observado na tabela a seguir.

O que se pode enxergar nesta tabela é a discrepância entre os autodeclarados pardos: na escola são 8,9%, no município são 30,3% e no estado 29,1%. O caso dos gêmeos univitelinos descreve muitos o resultado da análise dos cartões de respostas, ambos alunos negros que um se declara branco e outro pardo, mesmo tendo traços físicos de negros além de documentos de registro que indicam “cor negra”.

## CONCLUSIONES

Até aqui temos um número alto de crianças que não declararam sua cor e um número grande de crianças que embranqueceram em sua autodeclaração.

O que podemos observar na indicação da análise dos cartões de resposta, em comparação com os dados do IBGE, foi que os fenótipos de análise dos documentos de matrícula indicam um embranquecimento: as crianças negras se declaram pardas e as pardas se declaram brancas. Isso vem de encontro com a comprovação da pesquisa de Nascimento (1978, p. 74-75) feita com outro público: “temos, então, os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante”.

O que nos chama a atenção para entendermos os motivos a partir do entendimento de que “os indivíduos são classificados não somente em função de seus fenótipos, mas também e sobretudo em função de sua posição social na sociedade” (Munanga, 2019, p 137). Sabemos que determinação da raça não se limita apenas à cor da pele dos indivíduos, mas também inclui a interação dessa característica com outras expressões fenotípicas. Além da preferência em identificar sua raça/cor como vimos anteriormente, há uma dificuldade em reconhecer a raça de pessoas negras com tom de pele claro, devido às ideias racistas que incentivaram a supressão dos traços negros para se adequar ao modelo branco dominante. Para entender a formação da identidade brasileira, é fundamental considerar não apenas os aspectos biológicos da mestiçagem, mas também as influências culturais que moldaram a sociedade, como a proposta eugenista que visava não só o branqueamento nacional –na sua forma biológica, através da miscigenação –mas também o estabelecimento de uma cultura unificada, através da hegemonia cultural em conformidade com os padrões civilizatórios provenientes da Europa. Por isso, argumentamos ainda que o processo eugenista da miscigenação que criava a ideia de embranquecimento sugerindo que o pardo ou mulato é a transição entre o negro e o branco ainda influencia o reconhecimento da sua cor e raça. (Panta; Pallisser, 2017, p 118)

De acordo com Osório (2003), a discriminação racial é direcionada àqueles que possuem características fenotípicas negras, independentemente da ancestralidade do indivíduo. É por essa razão que o racismo no Brasil é conhecido como “racismo de marca”. Complementando com o autor, lembramos do colorismo que é um fenômeno que se refere à discriminação e ao privilégio baseados na tonalidade da pele dentro de um mesmo grupo racial, se refere à hierarquização dos diferentes tons de pele dentro de um mesmo grupo racial, em que as pessoas com pele mais clara são frequentemente privilegiadas em detrimento das pessoas com pele mais escura. A discriminação baseada na tonalidade da pele é uma forma de racismo que muitas vezes é ignorada ou minimizada pela sociedade. Embora o racismo seja uma questão complexa e multifacetada, o colorismo é uma de suas expressões mais insidiosas. Isso porque, além de ser um reflexo da hierarquização racial, o colorismo também pode criar divisões dentro de um mesmo grupo racial e perpetuar desigualdades, “ademais, por ser o branco uma condição de desejo, estimulada e

forçada durante séculos, há uma aversão proporcional as características negroides, resultando no afastamento ou na negação delas”.

Começamos este artigo indagando se existe apagamento da identidade negra em crianças que estudam no 6º e 7º Ano do Ensino Fundamental e consideramos que cerca de 1/4 das crianças não sabiam e não sabem decidirem na autodeclaração de sua cor, e que cerca de 3/4 que indicaram sua cor/raça, muitos embranqueceram ao identificar sua cor em formulário de resposta. Relacionamos o apagamento à cultura de massa que, pode contribuir para a perpetuação do racismo e do preconceito contra os negros, especialmente se as representações dos negros na mídia e na cultura popular reforçarem estereótipos negativos e limitados. Por exemplo, muitas vezes, na mídia, os negros são representados como criminosos, desfavorecidos ou como personagens secundários, o que pode reforçar ideias preconcebidas e racistas sobre eles. Além disso, a falta de diversidade na produção cultural pode levar a uma falta de perspectiva e representatividade dos negros. No entanto, é importante lembrar que a cultura de massa não é a única causa do racismo e do preconceito contra os negros. Esses problemas têm raízes históricas profundas e são perpetuados por estruturas sociais e políticas que precisam ser abordadas para que possamos avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, S. L. de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- Carneiro, A. de N.; Ferreira, Silvia Lúcia. Padrões de beleza e elementos identitários de mulheres negras da periferia de Salvador – BA. <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2136/718>.
- Fernandes, F. O negro no mundo dos brancos. 2ª ed. São Paulo, Global, 2007.
- Gomes, L. F. E. (2019). Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, 5(1), 66–78. <https://doi.org/10.9771/cgd.v5i1.31930>
- Schwarcz, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.
- Schwarcz, L. M. Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário - Cor e Raça Na Sociabilidade Brasileira. São Paulo. 1ª Edição Editora, Claro Enigma, 2013.
- Munanga, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- Munanga, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESBRJ, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Umaabordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>.
- Nascimento, A. do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

- Nazário, L. (jul–dez 2007). «O Outro Cinema». Aletria: Revista de Estudos de Literatura, v. 16, pp. 94-109 ISSN 2317-2096.
- Newman, C. F. Understanding client resistance: Methods for enhancing motivation to change. *Cognitive and Behavioral Practice*. 1994. 1(1), 47–69. [https://doi.org/10.1016/S1077-7229\(05\)80086-0](https://doi.org/10.1016/S1077-7229(05)80086-0)
- Oliveira F. Ser negro no Brasil: alcance e limites. *Estud. Av.* 2004; 18 (50): 57-60.
- Panta, M; Pallisser, N. “Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 17, n. 195, p. 116-127, 2017. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34664>. Acessado em: 24 abr. 2023.
- Petrucelli, J. L. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: Petrucelli, J. L. (org.); Saboia, Ana Lúcia (org.); *Características Étnico-raciais da População – Classificação e identidades*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Coordenação de população e indicadores sociais, 2013. p. 13-29.
- Sá-Silva, J. R.; Almeida, C. D.; Guindani, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.
- Steele C. M.; Aronson, Joshua. Stereotype Threat and the Intellectual Test Performance of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 69, No. 5, 797-811, 1995.
- Sêga, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v. 8, n. 13, 2000. Disponível em: Acesso em: 18 de fev 2023.
- Sacramento, M. Quantos senadores negros há no Brasil?: Angela Davis, a antítese de JB. *Diário do Centro do Mundo*. 27 jul. 2014. Disponível em <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/quantos-senadores-negros-ha-no-brasil-angela-davis-a-anttese-de-jb/>. Acesso em 03 mar. 2023.
- Silva, T. (Org.) *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos*. Consultoria Editorial: LiteraRUA – São Paulo, 2020.
- Telles E E. *Racismo a brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2003.